

## Relações étnico-raciais na educação infantil

### (Ethnic-racial relations in childhood education)

Angelita Lopes Santos<sup>1</sup>; José Pedro Toniosso<sup>2</sup>

<sup>1</sup>(G) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro SP  
angeelita.19@hotmail.com

<sup>2</sup>(O) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro SP  
jptoniosso@gmail.com

**Abstract.** *The troubled relations experienced between whites and blacks in Brazilian society is the result of a long history of submission and inferiority related to ethnicity afro-Brazilian, a situation that was to form a negative view on this crop and the permanence of the discrimination against the afro-descendants for account of physical aspects, biological and/or cultural. These fractious relations have manifested itself in the school environment of a veiled way, by means of differentiated treatments in moments of care and affection in which black children have received less attention and praise related to beauty and behaviors or even in the relationship between the children themselves. Where children consider the color as a decisive factor in the choice of their colleagues in moments of jokes, when the majority prefer playing or relate to white children. It is also noticeable that, second Cavalleiro (2010) in situations of conflict the color of skin has been used as an argument for any offense, being that the white students has created the conception of superiority in relation to black skin color, judging it as being negative and lower. In this context it was analyzed the importance of Law no. 10.639/2003 for the educational context, because in addition to defining the compulsory teaching of history and of African culture and afro-Brazilian in Brazilian school curriculum (BRAZIL, 2004).*

**Keywords.** *Child Education. Law n°.10.639/03. Racial ethnic relations.*

**Resumo.** *As relações conflituosas vivenciadas entre negros e brancos na sociedade brasileira resultam de uma longa história de submissão e inferioridade relacionada à etnia afro-brasileira, situação que acabou por formar uma visão negativa sobre esta cultura e a permanência da discriminação contra os afro-descendentes por conta de aspectos físicos, biológicos e/ou culturais. Essas tensas relações têm se manifestado no ambiente escolar de um modo velado, por meio de tratamentos diferenciados em momentos de cuidados e afeto, nos quais as crianças negras têm recebido menos atenção e elogios relacionados à beleza e comportamentos ou mesmo no relacionamento entre as próprias crianças. Diante deste quadro, as crianças consideram a cor como sendo determinante nas escolhas de seus colegas nos momentos de brincadeiras, quando a maioria prefere brincar ou relacionar-se com crianças brancas. De acordo com Cavalleiro (2010) nas situações de conflitos a cor da pele tem sido usada como argumento de ofensa, sendo que os alunos brancos têm criado a concepção de superioridade em relação à cor negra,*

*julgando-a como sendo negativa e inferior. Neste contexto, foi analisada a importância da Lei nº10.639/2003 para a o âmbito educacional, pois defini a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar brasileiro (BRASIL, 2004).*

**Palavras-chave.** Educação Infantil. Lei nº 10.639/03. Relações étnico-raciais.

## 1 Introdução

Esse artigo aborda as relações étnicas na Educação Infantil, etapa considerada fundamental na construção da identidade da criança que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família (BRASIL, 1998).

As relações conflituosas presentes na sociedade entre negros e brancos tem sido resultado de uma longa história de submissão e inferioridade relacionada aos negros, situação que acabou por formar uma visão negativa sobre a sua história e cultura, levando-os a serem discriminados por seus aspectos físicos, biológicos, e culturais.

Segundo Cavalleiro (2010) essa relação tem sido vivenciada na escola, de um modo velado, despercebido pelos profissionais que atuam na educação, por meio de tratamentos diferenciados, nas dificuldades de relacionamento entre crianças brancas e negras, sem que estas saibam como se defender, o que leva à negação da sua própria cultura e a si mesma.

O presente artigo será dividido em quatro partes, que incluem a trajetória da educação do negro, as ações do Movimento Negro e suas conquistas no campo educacional, com destaque para a lei 10.639/03.

Na primeira seção, denominada *Movimento Negro e educação no Brasil* será apresentado um breve histórico sobre a negação da educação aos negros no século XIX, situação que resultou na criação de associações que, no decorrer do tempo, deu origem ao Movimento Negro que, entre outras conquistas, conseguiu a aprovação da Lei nº. 10.639/03, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar brasileiro (BRASIL, 2004).

Na segunda seção, refere-se à lei n.º10.639/2003 e a Educação Infantil, é discutido o impacto da referida lei nesta etapa da educação, por reconhecer à importância de se trabalhar as relações raciais desde cedo, visando uma construção positiva da identidade racial da criança negra e o respeito às culturas, necessitando para isso que a escola e os professores estejam preparados.

Na terceira seção, *Educação Infantil e as Relações Étnico-Raciais*, são analisadas as relações étnicas presentes no âmbito da educação nas primeiras etapas, sendo apontado que nessa fase há uma presença do preconceito racial, pois segundo Oliveira (2004), desde pequenas as crianças já têm uma concepção sobre as diferenças, sendo construídas a partir das suas vivências com os diversos ambientes e grupos de convivências, como a família, a comunidade, a instituição escolar, entre outros, que contribuem para a construção de uma ideia do que é ser branco e do que é ser negro na sociedade.

Na quarta seção, *Relações Étnicas na Educação Infantil: a prática em sala de aula* será analisada algumas práticas pedagógicas que podem ser utilizadas para trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil, por meio de brincadeiras, atividades pedagógicas e no dia a dia da instituição. A análise foi feita tendo como fundamentação documentos como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume 1, e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, utilizando autores como Cavalleiro (2010); Oliveira (2004) e Toniosso (2011).

## **2 Movimento Negro e educação no Brasil**

O século XIX, no Brasil, pode ser visto como um período histórico de significativas mudanças no campo político, econômico e social, tendo a preocupação com a consolidação do Estado nacional formado a partir de 1822 com o processo de independência. No entanto, tais mudanças não foram extensivas a todos os segmentos sociais, pois a postura de discriminação aos negros que caracterizou a sociedade brasileira durante todo o período colonial ainda se fazia presente.

Neste contexto, destaca-se a criação de leis que dificultavam ou mesmo proibiam o acesso à educação aos negros, especialmente os que se encontravam na condição de escravos. Entre estas leis, o decreto nº. 1.331 de 1854, que negava o acesso de escravos nas escolas, assim como o decreto nº. 7.031 de 1878, que permitia o acesso escolar aos negros somente no período noturno. Desta forma, tais leis poderiam ser vistas como estratégias para dificultar o acesso ou, quando alcançado, que não fosse concluído, o que levou com que a maioria desistisse de concluir os estudos (BRASIL, 2004, p. 7).

Diante dessa situação, já no século XX, a população negra teve que criar estratégias para mudar sua situação, o que incluiu a criação de associações, clubes e imprensa

(TONIOSSO, 2011, p. 17). As associações tinham a missão de educar o negro, combatendo suas falhas morais, tomando como modelo a vida social do branco, portanto o que se tentou fazer foi oferecer ao negro educação e cultura com o intuito de combater todas as falhas morais que se apresentasse (PINTO, 1993, p. 29 apud TONIOSSO, p. 21, 22).

Entre essas associações, se destaca a Frente Negra Brasileira, que segundo Barbosa (1998, p. 87, apud TONIOSSO, 2011, p.19) criou escolas de alfabetização para crianças, jovens e adultos, tendo como nome educação cívica e moral, pois era necessário que os negros fossem alfabetizados para terem o título de eleitor, quando a associação se envolveu em questões políticas, que, por esse motivo, mais tarde veio a ter suas atividades encerradas, e seus jornais censurados, pela ditadura.

Teve destaque também o TEM - Teatro Experimental do Negro - com atuação marcante até o início do regime militar, inclusive com oferta de cursos de alfabetização. De acordo com Nascimento (2004, apud GOMES, 2012, p.737), o TEM

[...] também publicou o jornal Quilombo (1948-1950), que apresentava em todos os números a declaração do “Nosso Programa”. A reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário [...] o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro ao longo da história eram pontos importantes do programa educacional dessa organização.

No final da década de 1970, quando teve início ao processo de transição da ditadura para a democracia no Brasil, o Movimento Negro passou a ser mais agressivo, vindo a se tornar o Movimento Negro Unificado, como resultado de protestos realizados em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, devido às discriminações sofridas pelos negros (VALENTE, 1994, p.65 apud TONIOSSO, 2011, p.23).

O Movimento Negro atuou também nas decisões dos fóruns da política educacional, que de acordo com Dias (2005, apud GOMES, 2012, p. 738), no início da ditadura militar, as questões raciais não se encontram no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, somente na nova LDB, alterando os artigos 26º e 79º através da Lei 10.639/03.

### **3 A lei 10.639/2003 e a Educação Infantil.**

De acordo com BORGES (2007, p.16-17 apud TONIOSSO, 2011, p. 44) foi apresentada na Câmara dos Deputados, em 11 de Março de 1999 o projeto de lei nº 259, sendo encaminhado ao Senado no ano seguinte, e em 2003, foi aprovada através da Lei nº 10.639/03, o que alterou o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

que determinou a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2004, p.8).

Com a aprovação da lei nº 10.639/03, a abordagem da temática africana que até então se fazia presente na legislação educacional de forma genérica, tornou-se obrigatória, o que representou uma conquista para o Movimento Negro que há várias décadas reivindicava a inclusão do estudo sobre sua história e cultura na escola brasileira (TONIOSSO, 2011, p.13).

Mesmo sendo criticada, a lei foi mantida, somente sendo alterada novamente pelo projeto de lei n 433/2003 relacionada à matriz indígena, pela deputada Mariângela Duarte, que justificou a nova lei, como sendo “necessário recuperar as contribuições econômicas, sociais e políticas dos indígenas, assim como as dos afro-brasileiros” (TONIOSSO, p. 47).

A Lei 10.639/2003 foi relacionada diretamente para o ensino fundamental e médio, e acabou omitindo a Educação Infantil, que mesmo assim foi relacionada como sendo importante etapa para trabalhar a eliminação do preconceito, estando presente nas Orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2014, p.11).

O fato da Educação Infantil não estar contemplada diretamente na Lei nº. 10.639/2003 talvez se explique pelo falta de pesquisas voltadas a essa etapa, sendo na maioria voltadas com crianças maiores de Ensino Fundamental, como aponta a autora

Ao silêncio dos movimentos sociais sobre a educação da criança pequena, se associa um intenso desconhecimento de nós pesquisadores/as sobre as relações raciais que se constroem no âmbito da creche e da pré-escola e da pequena infância (ROSEMBERG, 2012, p.36).

Também pode ser explicado pelo fato de que cada movimento social atuou em um tempo diferente, sendo que a Educação Infantil como a creche foi uma luta do Movimento Feminista, porém não foi o objetivo do Movimento Negro (ROSEMBERG, 2012, p. 21).

#### **4 Educação Infantil e as Relações Étnico Raciais**

No Brasil, o reconhecimento da Educação Infantil como parte da educação básica como um direito da criança ocorreu por meio da Constituição de 1988 que, assim como instituiu vários direitos às crianças em geral, também se voltou aos grupos sociais menosprezados pela sociedade, tais como as mulheres e os negros (ROSEMBERG, 2012, p. 18).

Em 1996, com a aprovação da Lei nº. 9394, ficou definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a Educação Infantil é parte da educação básica.

Art.29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1998).

A partir de então a Educação Infantil passou a ser um direito a todas as crianças, sem distinção de raça ou etnia, oferecendo garantia ao bom desempenho para o Ensino Fundamental, assim como seu desenvolvimento individual e social (TRINIDAD, 2012, p. 120).

No entanto, apesar de estar fundamentada legalmente enquanto direito de todos e objetivar o desenvolvimento individual e social da criança, sem distinção racial ou étnica, observa-se que é comum, neste segmento da educação, à presença do preconceito racial.

De acordo com Bento (2012, p.9) os educadores têm criado a ideia de que a Educação Infantil é um espaço harmonioso e sem conflitos, mas o que se tem comprovado é que o preconceito racial está presente até mesmos nas primeiras fases, pois as crianças desde pequenas percebem as diferenças entre si, comparando-se umas às outras e muitas vezes expressam atitudes que revelam preconceitos.

Mesmo sendo o Brasil um país em que parte considerável da população é composta por pessoas negras, a escola não tem incluído em seu currículo ou em suas propostas pedagógicas a cultura africana. Segundo Oliveira (2004, p. 19 e 31), a escola tem desenvolvido um currículo baseado na cultura etnocêntrica, ou seja, na cultura branca, excluindo as outras culturas, inclusive a africana, que faz com que os alunos negros não se vejam representados no meio escolar. Neste sentido para incluir a cultura africana no contexto escolar, seria preciso construir um novo currículo, assim como uma nova escola.

Neste sentido, desde pequenas as crianças já têm uma concepção sobre as diferenças, sendo construídas a partir das suas vivências com os diversos ambientes e grupos de convivências, como a família, a comunidade, a instituição escolar, entre outros, que contribuem para a construção de uma ideia do que é ser branco e do que é ser negro na sociedade (OLIVEIRA, 2004).

Cavalleiro (2010), por meios do seu ingresso no Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo, juntando com a sua experiência em uma creche municipal de Educação Infantil por quatro anos, com crianças de quatro a seis anos de idade, constatou que nessa idade o preconceito já se faz presente entre as crianças nas brincadeiras, entre os professores em relação a elas, por meio de tratamentos diferenciados, em momentos de cuidados e afeto.

Segundo esta autora, parte significativa dos professores não reconhecia o preconceito presente nessa fase, defendendo a ideia de que nessa idade as crianças não percebem as diferenças entre elas, e quando percebiam não davam importância, sendo desnecessário trabalhar esse assunto. Constatou também que algumas professoras utilizavam comparações entre as diferentes plantas para trabalhar a diversidade na sala de aula, pois consideravam que a comparação entre pessoas era repetitivo, assim como desconsideravam a importância do livro para a formação das crianças, pois acreditavam que estas não se atentavam para detalhes como a cor dos personagens.

Cavalleiro (2010) pode observar nas brincadeiras fora da sala de aula, gestos e frases preconceituosas usados pelas crianças nos momentos de disputas, em que as crianças negras sem saberem como se defender das humilhações sofridas, optavam por se afastar, desistindo de competir.

Há também casos em que as crianças negras ao se sentirem agredidas verbalmente acabavam agredindo fisicamente, sendo em seguida punidas pelas professoras, sem que essas tomassem parte do real acontecido.

Silêncio, seguido de reação violenta. O que se pode ver naquele parque infantil é nada mais que uma pequena representação da própria história do negro em nosso país. Impotente diante da pressão racista, ele parte para a violência e, conseqüentemente é penalizado (CAVALLEIRO, 2010, p.48).

Como nos casos de brigas entre as crianças, elas usavam a cor da pele para machucar e se defender, como vemos o caso de uma criança branca que para se defender de ser chamada de fedida, alega que não era preta para ser fedida, e sim branca, afirmando que os negros que fediam e não os brancos, em seguida a menina negra sem ter como se defender acaba por encerrar a briga (CAVALLEIRO, 2010, p. 48).

A mãe de um garoto negro chegou à escola para devolver um brinquedo que o filho havia levado embora, e que segundo ele, um amigo o mandou levar dizendo que preto tinha que roubar. Segundo a pesquisadora, essa história contada pela professora da sala, foi narrada de forma cômica, não dando importância para o problema em questão, pois ela achou o fato engraçado e acabou por perdoar a criança, sob a alegação de que foi uma brincadeira, enquanto que o aluno negro foi parabenizado por não ter reagido, por ter sido bom e ter perdoado (CAVALLEIRO, 2010, p. 53 e 54).

Para as garotas negras era solicitado que prendessem os cabelos, pois eram despenteados, sem se preocupar se outras crianças estavam ouvindo suas falas, as professoras

acabam por ensinar essas atitudes, como no caso da pesquisadora perguntar de uma determinada menina e a outra referi-la como descabelada, e ao perguntar novamente se havia na sala outra menina descabelada ela logo falou de outras meninas negras (CAVALLEIRO, 2010, p. 58).

Diante das suas observações, presenciou a liberdade que as crianças brancas tinham para expressar preconceitos contra as outras e, segundo a autora, as crianças negras são vítimas que não possuem noções de como se defender de um ataque envolvendo preconceito, que ficam em silêncio e se afastam, permitindo a manutenção das atitudes preconceituosas sem que algo fosse feito. No entanto foi constatado que um fator que, dificulta a percepção do racismo na instituição, é o fato de que tais situações ocorriam no horário de parque, distante dos olhares atentos das professoras e raramente ocorriam em sala de aula.

No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições - formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras -, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro (CAVALLEIRO, 2010, p. 84).

As crianças na idade de quatro a seis anos já compreendiam o preconceito que sofriam e a sua causa, percebendo o tratamento diferente dado a ela e a uma criança branca, sentindo-se rejeitada pelos professores e demais adultos com quem conviviam, resultando em um desejo de se tornar branca e rejeitando seu próprio grupo racial, na intenção de querer ser mais desejada, mais bonita e aceita.

Atitudes de preconceito também foram observadas entre as crianças nas brincadeiras, pois para brincarem elas se baseiam em comportamentos, atitudes e falas observadas em diferentes papéis sociais da vida real. Com isto, as crianças negras têm sofrido preconceitos, aos assumirem personagens considerados impróprios para elas, sendo um papel que deve ser assumido aos olhares das crianças, por uma criança branca (BRASIL, 2012, p. 33).

Stevenson (1967 apud OLIVEIRA, 2004 p. 43), por meio de suas observações com crianças de três anos, constatou que elas não apresentavam nenhuma dificuldade de relacionamento em relação à cor e somente quando elas passavam a entender as diferenças é que começavam a surgir os problemas raciais.

No entanto Oliveira (2004, p. 82-89) presenciou o preconceito entre as crianças nas instituições, o preconceito racial e durante sua pesquisa realizada em uma creche com crianças de 0 a 3 anos de idade, observou o tratamento diferenciado em relação às crianças

negras e brancas, testemunhou a discriminação nos momentos de afetos, em que crianças negras recebiam menos carinho e colo do que crianças brancas.

Durante o tempo em que ocorreu a coleta dos dados na creche, foi possível perceber que as pajens beijavam somente determinadas crianças. Na chegada das crianças no período da manhã, de três crianças (8 crianças brancas e 5 crianças negras) a pajem beijava sete, sendo que deste total, eram apenas duas crianças negras (OLIVEIRA, 2004, p. 82).

As educadoras se recusavam a pegar as crianças negras no colo quando elas choravam e apenas se aproximavam, mas se as crianças brancas choravam, recebiam colo. Da mesma forma os alunos brancos eram mais elogiados e raramente um aluno negro recebia o mesmo carinho. Segundo Oliveira (2004, p. 84) “Durante todo tempo em que estive na creche nunca ouvi ninguém dizer que uma das crianças negras era linda”.

Preconceitos relacionados a estereótipos também foram observados, quando uma das professoras relacionava o samba com crianças negras, pedindo para que um dos meninos negros sambasse.

Quando as crianças tinham algum mau comportamento, eram colocadas de maneira que a levassem a repensar nas suas atitudes, mas até mesmo nesses momentos o preconceito racial se fazia presente, pois as crianças brancas eram colocadas nos tapetes, enquanto que as crianças negras, colocadas em berços, sendo mais difícil de sair (OLIVEIRA, 2004, p. 85 e 88).

## **5 Relações Étnicas na Educação Infantil: a prática em sala de aula**

A Educação Infantil pode oferecer meios para que as crianças aprendam a reconhecer as diferenças como algo positivo, pois desde pequenas as crianças devem compreender que a sociedade é formada por diferentes grupos sociais e étnicos, que vão além do seu grupo de convivência (BRASIL, 2014, p.15).

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa (BRASIL, 2004, p. 14-15).

No Referencial Curricular para a Educação Infantil - RCNEI, no eixo Natureza e Sociedade, encontramos propostas de trabalhos pedagógicos voltados para a diversidade, com crianças menores de zero a três anos e de quatro a seis anos de idade, desenvolvidos pelas áreas de Ciências Humanas e Naturais (BRASIL, 1998, p. 163).

Para crianças de zero a três anos de idade, as atividades podem ser parte da rotina, pois nessa faixa etária o conhecimento é realizado por meio da observação e da exploração do ambiente e do relacionamento com os adultos e entre as crianças. Nessa idade se espera que as atividades sejam organizadas de modo a oferecer às crianças a “participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos” (BRASIL, 1998, p. 177).

Quanto ao trabalho desenvolvido com crianças de quatro a seis anos, este deve incluir propostas que possibilitem a reflexão sobre como cada grupo social vive, partindo de grupos próximos aos seus, como a família e os amigos, desenvolvendo assim o respeito às diversidades e o reconhecimento das semelhanças entre seu grupo e de outros, tendo o professor o cuidado de não colocar a criança em situações expostas a preconceito e humilhações (BRASIL, 1998, p. 181-182).

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos (BRASIL, 1998, p. 23).

Atividades que envolvam a arte garantem as crianças expressarem seus conhecimentos e sensações, assim como sentimentos com o mundo em que vivem (BRASIL, 2012, p. 44). Neste sentido, é importante considerar a “valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana” (BRASIL, 2004, p.20), assim como a

Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola a não ser quando tratar de manifestação cultural própria, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico racial (BRASIL, 2004, p. 24).

O uso de brinquedos sonoros, músicas e cantigas de rodas são muito usadas nas escolas, podendo apresentar as crianças um repertório da música africana, com compositores e

cantores negros, assim como uso de tambores, que são instrumentos muito usados em rituais africanos, podendo esse ser confeccionado junto com as crianças (BRASIL, 2012, p. 24).

De acordo com RCNEI (BRASIL, 1998, p. 28) “o brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados” e que é caracterizada entre brincadeiras de faz de contas, brincadeiras utilizando materiais específicos, ou brincadeiras que contenham regras como os jogos de tabuleiros.

Neste sentido, é importante que o educador esteja atento aos brinquedos e as brincadeiras que são oferecidas às crianças, analisando quais as bonecas que são oferecidas a elas e se realmente representam a diversidade, compondo diferentes cabelos e tons de pele (BRASIL, 2012, p.22). Muitas bonecas são feitas baseadas no modelo das bonecas brancas, pintadas na cor marrom ou preto, situação que não representa o modelo de estético da cultura africana (SÃO PAULO, 2008, p. 93).

Os cantos podem ser organizados visando oferecer á criança contato com a cultura africana, incluindo livros, brinquedos, ou até mesmo o canto de beleza, que permite a criança uma experiência de cuidar e valorizar a si mesma (BRASIL, 2012, p. 26).

As crianças da Educação Infantil em grande parte do tempo ficam restritas às experiências dentro da instituição escolar, mas é importante que as crianças conheçam outros espaços e ambientes externos, podendo ser por meio de visitas organizadas com fins educativos, como visitas em museus ou bibliotecas, sendo importante que o professor estabeleça objetivos, como solicitar as crianças que observem as paisagens, criando-se a oportunidade de registrar, por meio do uso da câmera fotográfica, podendo criar uma exposição ou oficina de fotos, assim como o registro das observações, e se for com crianças muito pequenas, pode o professor ser o escriba (TRINIDAD, 2012, p. 134).

Segundo Trinidad (2012) a leitura como parte da rotina da Educação Infantil deve contemplar a educação racial, deve ser um momento que favoreça o contato com as diferentes culturas. Neste contexto, cabe aos educadores se atentarem aos livros que são apresentados para as crianças, se apresentam personagens negros, e como são retratados, em destaque nas histórias ou de forma pejorativa. Após a leitura, o professor pode realizar rodas de conversa, observando se as crianças gostaram ou não das histórias, se elas se identificaram com os personagens e como se sentiram, podem também manusear os livros e observar as imagens (TRINIDAD, 2012, p. 132).

Assim como a escrita e a leitura, a oralidade também deve ser vista como fonte para a educação das relações étnico-raciais. Quando pequenas as crianças aprendem a nomear as coisas, as pessoas ao seu redor, cabendo ao educador utilizar a forma correta ao descrever cada uma delas. (BRASIL, 2012, p. 37).

Em relação a denominação de cor ou raça os professores se mostram desconfortáveis, mas algumas atitudes podem ajudar nas conversas em relação a esse assunto, como apresentar os nomes corretos de cada etnia, para que as crianças aprendam a pronunciar, reconhecendo as pessoas negras, brancas, indígenas, entre outras, não deve portanto apelidar as diferenças, com nomes pejorativos, relacionados a aparência. (BRASIL, 2012, p. 37).

## **6 Conclusão**

Fundamentada na lei nº 10.639/03 e na bibliografia utilizada, conclui-se que, ao contrário do que pensam muitos professores de Educação Infantil, o preconceito racial se faz presente nessa fase. As crianças podem ser vistas como difusoras e vítimas do preconceito e do silêncio dos adultos, pois na escola aprendem a conviver sem harmonia com as diferenças. Neste contexto, em um dos lados estão as crianças negras, que aprendem desde cedo a negar sua cultura e a se ajustar nos padrões culturais da sociedade, aprendendo a silenciar-se diante das agressões verbais ou físicas. Do outro lado estão os alunos brancos que, sem aprender a conviver com as diferenças, acabam tendo gestos e posturas preconceituosas em relação à cultura negra, que é apoiado pelos professores, que nada fazem, por não saberem como agir nessas situações.

Compreendendo a Educação Infantil como uma etapa importante para a formação social e individual da criança, é a partir dela que os professores precisam trabalhar o respeito às diferenças, assim como promover a autoestima das crianças negras por meio dos materiais pedagógicos, brinquedos e brincadeiras e no cuidado da criança, tendo desde os primeiros anos o contato com a cultura afro-brasileira, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e que respeite as diferentes culturas.

## **Referências**

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade* : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades CEERT, 2012. p. 98 - 117. Disponível em

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category\\_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 22 junho 2015.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Volume 1. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades- CEERT: Instituto Avisa lá- Formação Continuada de Educadores, 2012.

\_\_\_\_\_. *História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- Brasília: MED/SECADI, UFSCar. 2014.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos: *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 28 junho 2015.

OLIVEIRA, Fabiana de. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?* (Pós-Graduação) – Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Departamento de Metodologias de Ensino Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2004.

ROSEMBERG, Fulvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 11 - 46. Disponível em

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category\\_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 22 junho 2015.

SÃO PAULO. *Orientações Curriculares: expectativas da aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio*. Secretaria Municipal de Educação: São Paulo, 2008.

TONIOSSO, José Pedro. *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: da legislação à prática docente* (Mestrado) – Centro Universitário Moura Lacerda Programa de Pós- Graduação em Educação, Ribeirão Preto, 2011.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo : Centro de Estudos

das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 119 - 137. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&category\\_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educacao-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 22 junho 2015.